A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO LETRAS LIBRAS E O EMPODERAMENTO ACADÊMICO TENDO COMO SUSTENÇÃO O RECONHECIMENTO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E AS MÍDIAS SOCIAIS

Luiz Cláudio da Silva Souza UFG

Sônia Marta de Oliveira Puc Minas

RESUMO

O primeiro curso de formação em Letras Libras no Brasil foi implementado no ano de 2006 pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na modalidade de ensino à distância. Inicialmente, 9 estados fizeram parte deste processo, divididos nas regiões Brasileiras. Esta primeira turma do curso foi de licenciatura e objetivava propiciar a formação de professores de libras nos respectivos estados. Para traçar o processo histórico-social e político da formação de professores do curso Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina na modalidade à distância, se faz necessário trazer à discussão, o papel político da língua de sinais e as mídias como meio de acesso, luta, conquista e permanência na academia pelos professores surdos e a contribuição das disciplinas de tecnologia, oferecidas no curso, como promotoras do fortalecimento do debate entorno da língua. A circulação do termo políticas linguísticas é no mínimo recente no Brasil. Por outro lado, a construção de políticas linguísticas sempre foi objeto de interesse dos governos e sempre ocorreu nas práticas sociais, isto é, nas relações entre os próprios usuários de línguas (Reagan 2010; Cooper 1989; Rajagopalan 2013). Sob à luz das teorias que abordam as políticas linguísticas, Cooper (1989), Reagan (2010), Quer & Quadros (2015), essa investigação prima pela concepção de que, preliminarmente, a fomentação em torno de uma política linguística atravessa questões governamentais e comunitárias. Neste caso, as políticas encontram seu campo de tensão. Assim, Calvet (2007) nos lembra que as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades (Calvet, 2007). Desse modo, este trabalho discute as implicações que este curso teve não somente na formação, bem como, na conscientização e articulação política entre os surdos no espaço acadêmico por meio das redes sociais. O presente estudo ancorado na pesquisa qualitativa, verificou que a legitimidade, o valor e a autoridade da língua de sinais organizada em disciplinas propiciaram aos alunos a reflexão analítica e crítica sobre linguagem, o desenvolvimento de uma visão crítica, postura acadêmico científica e atitudes políticas frente à realidade educacional do surdo, contribuindo assim para que as afirmações políticas dos professores surdos oriundos do curso letras Libras se voltassem para a atuação à volta do direito político linguístico através de movimentos organizados nas mídias sociais. Essa organização levou à conscientização de que o direito de uso da língua determina qual idioma deve ser sustentado pelos movimentos de surdos, a atuação em prol de uma política linguística tem impacto na língua, em quem a usa e nos direitos de quem a usa. Palavras Chave: língua, formação, política linguística.

INTRODUÇÃO

A base legal para a constituição do curso Letras Libras foi o Decreto 5626/2005 que destaca diretrizes para a formação de professores de língua de sinais. Conquanto, os movimentos surdos contribuíram de forma equânime para conquistas significativas e de empoderamento do povo Surdo em busca de reconhecimento e conquista de espaço frente à maioria ouvinte e hegemônica e constituem, os surdos, uma probabilidade de via política de oposição condutas ouvintista predominantes nos diversos territórios sociais e culturais, bem como, um território de combate pela recognição da língua de sinais e das identidades surdas. De acordo com Perlin:

Para o movimento surdo, contam as instâncias que afirmam a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem-estar social (Perlin, 1998: 71)

A história dos movimentos surdos brasileiros é descrita pela própria comunidade surda (FENEIS, 1993, 1996, 1997) e data da chegada de Ernest Huet ao Brasil, da criação do INES, e das lutas silenciadas dentro do Instituo de Surdo em defesa da língua de Sinais. Lutas e objeções à políticas e posicionamentos que desconsideraram e ainda desconsideram a língua e a cultura do povo surdo. Um dos campos onde há grande resistência e tensão, é na seara educacional. As contendas procedentes sobre a atuação dos surdos nas deliberações educacionais, convergem para o rompimento de velhos conceitos que consideravam a educação de surdos no campo da educação especial e o viés do olhar clinico sobre o surdo e sobre a surdez. O Curso Letras Libras aportado pelo Decreto 5626 e pelos movimentos surdos foi mola precursora que impulsionou o rompimento com velhos paradigmas buscando reinterpretar lugares outros, sujeitos outros, saberes outros. A atuação preponderante de movimentos surdos que reúne educadores surdos, alunos surdos, profissionais da área da educação, representantes dos órgãos representativos de surdos, pesquisadores, faz diferença, pois debatem e defendem uma educação baseada na diferença. (OLIVEIRA, 2015).

As línguas de sinais foram e são resguardadas e transmitidas de geração em geração através de famílias surdas, de associações de surdos. Os campeonatos, os festivais das associações propiciaram o contato surdo-surdo. Estar entre os seus faz com

que os surdos se sintam bem se sintam parte de um grupo, se sintam pertencentes a um grupo social. O sentimento de pertencimento colabora para o fortalecimento e empoderamento do sujeito e do cidadão de direito e deveres. (QUADROS, 2005)

A língua de sinais é trazida como elemento constituidor dos surdos na relação com outros surdos e na produção de significados a respeito de si, do grupo, dos outros e de outros grupos. O encontro surdo-surdo representa, pois, a possibilidade de troca de significados que na língua de sinais, nas políticas, na marcação das diferenças carregam a marca cultura. Assim, o outro é igual aquele que usa a mesma língua e eu consegue trilhar alguns caminhos comuns que possibilitam o entendimento sem esforços de outra ordem. O processamento mental é rápido e eficiente, além de abrir possibilidades de troca efetiva e o compartilhar, o significar, o fazer sentido. (QUADROS, 2005, p. 6)

A circulação do termo políticas linguísticas é no mínimo recente no Brasil. Por outro lado, a construção de políticas linguísticas sempre foi objeto de interesse dos governos e sempre ocorreu nas práticas sociais, isto é, nas relações entre os próprios usuários de línguas (Reagan 2010; Cooper 1989; Rajagopalan 2013). Sob à luz das teorias que abordam as políticas linguísticas, Cooper (1989), Reagan (2010), Quer & Quadros (2015), essa investigação prima pela concepção de que, preliminarmente, a fomentação em torno de uma política linguística atravessa questões governamentais e comunitárias. Neste caso, as políticas encontram seu campo de tensão. Assim, as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades (CALVET, 2007).

O presente estudo compartilha a ideia de que uma investigação qualitativa e arqueável deve ter uma base de inferência; ir além do que está inscrito, com o objetivo de entender os dados. O entendimento é realizado com base na absorção entre os questionamentos da investigação, o resultado obtido por meio do parecer dos instrumentos eleitos, das suposições concretizadas e da base teórica utilizada (GOMES, 2007). Assim sendo, este trabalho verifica o efeito do Letras Libras em questões que envolvem o valor e a autoridade da língua de sinais organizada em disciplinas, o desenvolvimento da consciência linguística nos alunos do curso e o fortalecimento político da Comunidade Surda potencializada nas redes sociais.

O Curso Letras Libras

O primeiro curso de formação em Letras Libras no Brasil foi implementado no ano de 2006 pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na modalidade de ensino à distância. Inicialmente, 15 estados fizeram parte deste processo, divididos nas regiões Brasileiras. Esta primeira turma do curso foi de licenciatura e objetivava propiciar a formação de professores de libras nos respectivos estados. Desta forma, aproximadamente 90% de alunos eram surdos nesta primeira parte do curso (QUADROS, 2015 p. 11).

A criação da segunda turma do Letras Libras processou-se no ano de 2008 contemplando a formação de professores de libras no curso de licenciatura e tradutores e intérpretes no bacharelado. Nesta perspectiva, o curso formou no ano de 2010 a primeira turma de licenciatura que contava 389 alunos licenciados. Na turma seguinte, formaram-se 312 bacharéis e 378 licenciados em 2012 (QUADROS, 2015 p. 10).

A formação em Letras Libras oferecido na modalidade à distância atendia uma exigência descrita no decreto 5.626/05 que regulamentou na lei da LIBRAS 10.436/02. De acordo com Quadros 2015, p. 10:

A proposta do oferecimento na modalidade a distância apresentou um cunho multiplicador. O objetivo de formação desses profissionais em vários estados do Brasil garantiria a multiplicação de formadores em todo território Brasileiro

O curso foi oferecido na modalidade à distância e contava com encontros presenciais mensais ou quinzenais. Nos pólos, as interações ocorriam entre os alunos das turmas de bacharelado e licenciatura, entre os profissionais coordenadores, tutores e intérpretes, além de contar com as aulas transmitidas por videoconferências (interação entre professores e alunos)

Figura 01 - Aula por videoconferência CEFET-MG



Fonte: autores

Os encontros presenciais do Letras Libras possibilitavam a interação em nível local, com os alunos do próprio pólo, bem como, em nível nacional - com os pólos de diversas regiões do Brasil por meio de vídeo conferência. Desse modo, o Letras Libras favoreceu a aproximação entre surdos dos diversos estados brasileiros.



Figura 02 - Pagina de acesso ao AVEA

Fonte: www.libras.ufsc.br

Para além dos encontros presenciais as interações ocorriam, sobretudo, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Na página de acesso ao AVEA os alunos e a equipe de profissionais acessavam este espaço através de usuário e senha para navegar no ambiente virtual.



Figura 03 - Página de acesso ao Ambiente Virtual

Fonte: autores

No AVEA algumas informações estavam organizadas observando as informações: Meu espaço, Disciplinas, Comunicação, Ajuda e Sair como podemos visualizar anteriormente. Os conteúdos e as atividades acadêmicas elaborados ficavam disponíveis e armazenados para o acesso dos alunos. Desse modo, tornava-se possível assistir o texto base das disciplinas em vídeo sinalizado ou texto escrito, postar as atividades em vídeo/sinalizada ou em português.



Fonte: autores

As disciplinas do curso foram agrupadas e divididas em três eixos principais denominados: Eixo de formação Básica, Eixo de formação específica e Eixo de formação pedagógica. O eixo de formação básica concentrava as disciplinas de cunho lingüístico e apresentava um panorama geral sobre as teorias e estruturas das línguas. O eixo de formação específica reunia os estudos lingüísticos das línguas de sinais, teorias que embasam a aquisição da linguagem e reflexões sobre a educação de surdos. No último eixo, destacam-se as disciplinas relacionadas à educação de surdos e metodologia de ensino de Libras. Especificamente no eixo de formação pedagógica duas disciplinas objetivavam guiar o aluno a compreender e a dominar as ferramentas virtuais do curso: Introdução a educação à distância e Educação de surdos e novas tecnologias. A disciplina de educação a distância ancorava-se nos seguintes objetivos Geais e específicos:

Figura 07: Página Coleção Letras Libras UFSC - Eixo de formação pedagógica

Objetivo Geral

Desenvolver o pensamento crítico acerca da Educação a Distância e promover uma apropriação consciente dos recursos tecnológicos do Curso através da vivência em situações de aprendizagem na modalidade à distância.

Objetivos Específicos

- Analisar conceitualmente a educação a distância como uma nova modalidade de ensino-aprendizagem.
- Promover a reflexão sobre as mudanças na educação, assim como sobre os novos atores e papéis da educação na modalidade a distância.
- Contextualizar historicamente a educação a distância no Brasil e no mundo.
- Compreender e dominar a utilização de recursos de comunicação no ambiente virtual de aprendizagem do Curso.
- Analisar as novas possibilidades de educação através da comunicação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, a disciplina de Educação de Surdos e Novas Tecnologias visava:

Objetivo Geral

Conhecer as novas tecnologias de informática aplicadas a educação dos surdos para alcançar um ensino focado no papel fundamental da comunicação que é a partilha de sentidos.

Objetivos Específicos

- Abordar a origem do computador e os conceitos de rede, interface e hipertexto
- Observar o impacto das novas tecnologias na vida dos surdos
- Conhecer as tecnologias historicamente aplicadas a surdez e a inclusão da Libras no acesso às novas tecnologias
- Tratar da importância da afetividade para o psiquismo e para as aprendizagens
- Analisar os requisitos, a qualidade do ambiente de programa e a qualidade pedagógica.
- Propor estratégias de aprendizagem em Libras no computador
- Examinar o papel do professor nas aulas de informática quando e como utilizar o computador

Como podemos analisar as duas disciplinas propõe conhecer as novas tecnologias de informática aplicadas à educação dos surdos e promover uma apropriação consciente dos recursos tecnológicos. Assim, além das atividades elaboradas para a inserção no AVEA os alunos construíram conceitos importantes sobre a tecnologia, bem como, puderam observar os impactos e os potenciais para fortalecer o debate lingüístico.

Discussão

A circulação do termo políticas linguísticas é no mínimo recente no Brasil. Por outro lado, o fazer políticas linguísticas sempre foram objetos de interesses dos governos e sempre ocorreram nas práticas sociais, isto é, nas relações entre os próprios usuários de línguas (REAGAN 2010; COOPER 1989; RAJAGOPALAN 2013). Nesse sentido, o estabelecimento de políticas lingüísticas não são nunca processos neutros, apolíticos ou isentos de conflito (MEHER 2013 p. 121). De acordo com Calvet (2007, p.157) as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades.

A elaboração de uma política lingüística pode promover uma língua ou desprezá-la, reconhecer o seu status ou silenciá-la, atuar de forma nociva ou favorável. Neste ponto, Rajagopalan (2013, p. 37) nos adverte que as políticas lingüísticas:

Ela pode ser tanto bem acertada como danosa, muitas vezes sem que aqueles responsáveis pelas decisões saibam disso no momento da tomada de decisões. Até mesmo os gestos bem intencionados podem gerar resultados deletérios

A política lingüística bem acertada deve trabalhar para fortalecer o uso da língua e garantir os direitos dos seus falantes. Nesta perspectiva, a instância cidadã deve assumir um papel fundamental nas discussões do uso e ensino desta língua. Altenhofen(2013, p. 102) orienta que as políticas linguísticas não devem ser direcionadas apenas as minorias falantes das línguas:

Também a maioria, ou melhor, a cultura majoritária deve ser alvo dessas políticas, no sentido de desenvolver uma competência plurilíngue e plurivarietal, para incluir e se incluir no mundo e, com isso, "dar ouvidos" à diversidade lingüística e cultural de seu entorno

Nesta Perspectiva, o curso de Letras Libras contribuiu para o fortalecimento da Comunidade Surda em pelo menos quatro aspectos principais: (I) Formação de professores de libras; (II) Conscientização linguística (III) Articulação política e (IV) educação para o uso da tecnologia.

O Letras Libras trouxe de maneira direta contribuições significativas concernentes à compreensão da estrutura linguística da libras. Assim, o curso reuniu uma gama considerável de pesquisas linguísticas e tradutórias fornecendo uma produção científica relevante e aumentando a compreensão da Comunidade Surda sobre diversos aspectos relacionados à língua. A organização da língua de sinais em disciplinas curriculares propiciou aos alunos a reflexão científica sobre linguagem, além de

contribuir para construção de uma postura acadêmico-científica e atitudes políticas frente à realidade educacional do surdo.

As disciplinas de tecnologias contribuíram consistentemente para que o debate entorno da língua de sinais e das políticas educacionais circulasse por meio de outras plataformas que não fossem o AVEA. Nesse sentido, o efeito Letras Libras têm propiciado a expansão de debates aprofundados sobre as políticas lingüísticas e educacionais, sobretudo, na internet, por meio das redes sociais. Este artigo argumenta que as disciplinas de tecnologias e a vivência no curso de EaD potencializaram a utilização das ferramentas tecnologias para a construção de debates entorno da língua. Desse modo, o curso propiciou à Comunidade Surda a consciência linguística capaz de intervir em políticas relacionadas à própria Comunidade. Vale destacar, por exemplo, a mobilização contrária ao encerramento do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Nessa linha, Gomes e Santos (2012) apresentam diálogos que ocorreram sobre o posicionamento dos surdos frente à proposta do Ministério da Educação:

Figura 05:

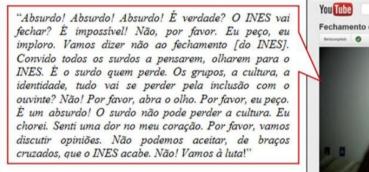




Imagem 7: Vídeo registra a indignação com a notícia do possível fechamento do INES.

Fonte: Gomes e Santos, 2012



"Oi surdos do Brasil todo. Meu nome é Valdo [...] sou assessor da Direção Geral do INES. [...] Eu vou explicar para vocês o que aconteceu essa manhã, e que vocês já estão recebendo algumas informações. Mas tem algumas confusões ai, alguns mal-entendidos. É normal que isso aconteça. É igual a brincadeira de telefone-sem-fio dos ouvintes. [...] É normal. Acontece. Todo mundo fica surpreso com a noticia, sai espalhando e vira uma confusão. Mas eu vou explicar pra vocês: em fevereiro, depois da nova direção assumir, fomos para Brasilia tratar das nossas propostas para o INES. Expusemos nossas idéias e planejamento, mas a pessoa representante do MEC disse: "Olha, a Faculdade de Pedagogia Blingue vai continuar. Temos interesse na inclusão de surdos e ouvintes. Mas o Colégio de Aplicação (que atende a Educação Básica) nós não queremos. Vamos tirar o CAp e mandamos as crianças para serem incluidas em outras escolas públicas e particulares. Vamos incluir todos: "Ficamos sem ação, tentamos argumentar sobre a importância do Colégio para os surdos, mas não teve acordo. A proposta é que o INES vive Centro de Referência e Formação de professores. Auxiliando o trabalho com surdos em outras escolas do Brasil todo. Voltamos pro INES muito preocupados [...] não ficamos à toa como alguns disseram, não! Trabalhamos muito. Planejando, escrevendo relatórios, pois a direção geral solicitou ao MEC que fosse dado um prazo para uma reestruturação das propostas do INES, na tentativa de mantermos o CAp funcionando. Acontece que, na semana passada, a diretora de Política de Educação Especial do MEC, veio par discutir algumas ações e propostas sobre incluião, entre outras coitas. Mas é isso, estamos discutindo e pensando como manter o CAp em funcionamento. Por isso, calma. Não fique preocupado, dizendo que o INES vai fechar, porque isso não é verdade. O que vai sair é o CAp, a faculdade continua. Os funcionários que trabalham no INES vão atuar em assessorias técnicas e formação. E essa situação não se refere apenas ao INES, não. O Instituto

Fonte:Gomes e Santos, 2012

No ano de 2011, o Ministério da Educação – MEC –, seguindo a política nacional de educação inclusiva, propôs que o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos – se tornasse um centro de referência e pesquisa em educação de surdos, e que os alunos ali matriculados fossem transferidos para escolas ditas inclusivas. A reação social discutida por Santomé (2013) aparece nesse impasse entre o governo representado pelo MEC e o Movimento Surdo instaurando uma preocupação, já que os surdos não concordavam com a proposta do MEC e defendiam uma educação diferente da atual política de educação inclusiva.

A Hostilidade por parte de alguns setores do MEC via a defesa do Movimento Surdo como segregacionista. Uma educação que foge aos moldes da atual política e a continuidade de uma escola de surdos era e ainda é, para alguns, um comportamento que desvia dos padrões hegemônicos imposto pelo outro ouvinte e, dessa forma, o comportamento do Movimento foge ao Consenso imposto por uma política que não reconhece e não valoriza a diferença.

Conclusão

O Letras Libras trouxe contribuições significativas concernentes à compreensão da estrutura lingüística da língua de sinais. Desse modo, o curso reuniu uma produção científica relevante e contribuiu para a compreensão da Comunidade Surda sobre diversos aspectos relacionados à sociedade. O curso propiciou aos surdos um novo status social e força política para oferecer resistências às propostas educacionais que são conduzidas para produzir efeitos deletérios. Nesta Perspectiva, o fortalecimento da Comunidade Surda ocorreu em pelo menos quatro aspectos principais: (I) Formação de professores de libras; (II) Conscientização linguística (III) Articulação política e (IV) educação para o uso da tecnologia.

As disciplinas de tecnologias colaboraram consistentemente para que o debate entorno da língua de sinais e das políticas educacionais circulasse por meio de outras plataformas que não fossem o AVEA. Nesse sentido, o efeito Letras Libras tem propiciado a expansão de debates aprofundados sobre as políticas linguísticas e educacionais nos espaços virtuais. Este artigo argumenta que as disciplinas de tecnologias e a vivência no curso EaD foram os grandes responsáveis pela utilização das ferramentas tecnologias para a construção de debates entorno da língua e do empoderamento político linguístico das comunidades surdas brasileiras.

REFERÊNCIA

AMORIM, Marcelo Lúcio Correia de. Educação a distância para surdos: acessibilidade de plataformas virtuais de aprendizagem/ Marcelo Lúcio Correia de Amorim, Fernando da Fonseca de Souza, Alex Sandro Gomes 1 ed. Curitiba: Appris, 2016

CALVET. L. J. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

COOPER, S. B.; Reisman, J. I. and Watson, D. (2011) Sign Language Program Structure and Content in Institutions of Higher Education in the United States, 1994–2004. In Sign Language Studies. Vol. 11 No. 3 Spring.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S.F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 79-108.

GOMES, R. e SANTOS, E. Ciberativismo surdo: em defesa da educação bilíngue. Revista Teias, v. 13, n. 30, p.143-166, set./dez. 2012.

NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogé-rio; ROCHA, Cláudia Hilsdorf (Orgs.). Política e Políticas Linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

OLIVEIRA, S. M. Educação de surdos e currículo: reflexões acerca do reconhecimento da língua de sinais e dos artefatos culturais surdo / Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação Sônia Marta de Oliveira. Belo Horizonte, 2015. 86 f.: il.

QUER, Josep and QUADROS, Ronice M. de. (2015) Language policy and planning in Deaf communities. In Adam Schembri and Ceil Lucas. Sociolinguistics of Sign Languages. Cambridge University Press. Cambridge.

REAGAN, T.G. (2010) Language Policy and Planning for Sign Languages. Washington: Gallaudet University Press. Chapters 2 and 3.